

ANEXO II



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
GRUPAMENTO DE APOIO DE RECIFE
DIVISÃO DE OBTENÇÕES E CONTRATOS

MINUTA

MINUTA ADAPTADA PARA CESSÃO DE USO (ARRENDAMENTO)

CONTRATO DE RECEITA Nº XXX/GAP-RF/2026

ESPÉCIE: CONTRATO

PROCESSO Nº 67230.007069/2025-98

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000/GAP-RF/2026

CONTRATO PUBLICADO NO DOU Nº _____, DE _____ DE _____ DE 2026.

**TERMO PARA CESSÃO DE USO ONEROSA
SOB REGIME DE ARRENDAMENTO DAS
ÁREAS A-10, A-11 E A-12, MEDIANTE
CONTRAPARTIDA PARA PRESTAÇÃO DO
SERVIÇO DE MODERNIZAÇÃO DA REDE DE
DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM DE MÉDIA
TENSÃO (13,8 KV) DO GRUPAMENTO DE
APOIO DE RECIFE-PE E PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE ENGENHARIA EM
BENFEITORIAS DO GAP-RF, UTILIZANDO
ATAS DE REGISTROS DE PREÇOS E A**

**TABELA SINAPI Nº...../....., QUE FAZEM
ENTRE SI O(A) E A EMPRESA**

.....

A1- OUTORGANTE CEDENTE E OUTORGADA CESSIONÁRIA:

A União, por intermédio do GRUPAMENTO DE APOIO DE RECIFE (GAP-RF), com sede na Av. Armindo Moura, 500 – Boa Viagem, na cidade de Recife /Estado PE, inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) titular do seu respectivo Órgão de Direção Setorial (ODS), SECRETARIA DE ECONOMIA, FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA, (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no DOU de de de, portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominado OUTORGANTE CEDENTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada OUTORGADA CESSIONÁRIA, neste ato representado(a) por (nome e função na OUTORGADA CESSIONÁRIA), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 67230.007069/2025-98 e em observância às disposições do Decreto-Lei Federal nº 1.252, de 22 de dezembro de 1972, Decreto Federal nº 84.905, de 14 de julho de 1980, §1º do Art. 1º da Portaria SPU/ME nº 8.678, de 30 de setembro de 2022, INSTRUÇÃO DO COMANDO DA AERONÁUTICA (ICA) Nº 87-7/2023 e Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, combinados com o Art. 18 da Lei nº 9.636/1998 e com os Artigos 95 e 96 do Decreto-lei nº 9.760/1946, conforme Parecer DECOR nº 010/2011 (NUP 00400.014449/2008-16), ratificado pelo Despacho CGU nº 0192/2011, e aprovado pelo Advogado-Geral da União, em 28/03/2011 e da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Concorrência nº 000/GAP-RF/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1 CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a Cessão de Uso onerosa sob regime de arrendamento das áreas A-10, A-11 e A-12, mediante contrapartida para prestação do Serviço de Modernização da Rede de distribuição de energia em de Média Tensão (13,8 kV) do Grupamento de Apoio de Recife-PE e prestação de serviços de engenharia em benfeitorias do GAP-RF, utilizando Atas de Registros de Preços e a tabela SINAPI, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2 Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	PERCENTUAL MÍNIMO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CESSÃO DE USO ONEROSA SOB REGIME DE ARRENDAMENTO DAS ÁREAS A-10, A-11 E A-12, MEDIANTE CONTRAPARTIDA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE MODERNIZAÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM DE MÉDIA TENSÃO (13,8 KV) DO GRUPAMENTO DE APOIO DE RECIFE-PE E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA EM BENFEITORIAS DO GAP-RF, UTILIZANDO ATAS DE REGISTROS DE PREÇOS E A TABELA SINAPI	15210	6,26%		

1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1 O Termo de Referência;

1.3.2 O Edital da Licitação;

1.3.3 A Proposta do CESSIONÁRIO;

1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4 A cessão de uso não gera vínculo empregatício entre os empregados da CESSIONÁRIA e a Administração do CEDENTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

1.5 O valor mensal da cessão de uso onerosa será de R\$ xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx), perfazendo o total global para 120 meses de R\$ xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx), conforme Laudo de Avaliação.

1.6 A CESSIONÁRIA terá o prazo de 90 (noventa) dias corridos, a contar da data de assinatura do Contrato da Cessão de Uso, para início dos serviços de engenharia a serem executados como contrapartida da cessão de uso.

1.7 Para a execução dos serviços de engenharia de contrapartida, adotar-se-ão os seguintes termos:

1.8 O prazo para início da execução dos serviços é de 90 (noventa) dias e obedecerá aos seguintes passos:

a) Apresentação da documentação: Após a assinatura contratual, a CESSIONÁRIA deverá apresentar, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, a documentação exigida no Projeto Básico, seja de sua própria equipe técnica ou de empresa terceirizada, para análise pelo GAP-RF;

b) Parecer técnico: O parecer técnico referente à análise da documentação apresentada será emitido no prazo de até 15 (quinze) dias corridos;

c) Alterações contratuais: Alterações das condições técnicas, prazos ou obrigações previstas nesta cessão com contrapartida somente poderão ocorrer mediante justificativa formal e expressa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, observadas as hipóteses legais de alteração contratual por interesse público ou por acordo entre as partes, devidamente motivadas e precedidas de autorização pela autoridade competente da CEDENTE;

d) Fiscalização dos serviços: A execução dos serviços de engenharia consistente revitalização de fachadas, conforme Projeto Básico do GAP-RF;

e) A CESSIONÁRIA será responsável por todas as obrigações trabalhistas, tributárias, previdenciárias, ambientais e pelas licenças legais necessárias à execução dos serviços; e

f) O inadimplemento da CESSIONÁRIA em obrigações trabalhistas, previdenciárias, ambientais, fiscais, comerciais ou quaisquer outras, originadas da cessão ou da execução da contrapartida, não transfere à CEDENTE a obrigação de pagamento,

nem pode onerar o objeto contratual ou impedir a regularização e o uso dos serviços. A CEDENTE responde de forma meramente subsidiária, e somente se comprovada culpa ou dolo na fiscalização das obrigações contratuais.

1.9 A execução dos serviços de engenharia objeto da contrapartida será realizada sob a responsabilidade integral da CESSIONÁRIA, ainda que por intermédio de empresa por ela CESSIONÁRIA, devendo seguir o regime de empreitada por preço unitário, conforme cronograma físico-financeiro disponibilizado pela Administração.

1.10 A CESSIONÁRIA compromete-se a adotar, nos contratos firmados com seus prestadores de serviços, cláusulas compatíveis com as obrigações estabelecidas nesta cessão com contrapartida, de modo a assegurar a plena execução do objeto nos termos e prazos pactuados com a CEDENTE.

1.11 Caberá exclusivamente à CESSIONÁRIA, ou à empresa por ela CESSIONÁRIA para executar a contrapartida, fornecer, treinar, fiscalizar e assegurar o uso correto dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) por todos os trabalhadores envolvidos nos serviços de engenharia. A CESSIONÁRIA deverá observar rigorosamente as Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho, em especial a NR-6, bem como toda legislação aplicável. A CEDENTE fica isenta de qualquer responsabilidade por acidentes de trabalho ou doenças ocupacionais decorrentes de omissões ou falhas nesse controle.

1.12 A CESSIONÁRIA poderá propor modificações no prazo de execução dos serviços de engenharia, devendo, para esse fim, apresentar todos os elementos de caráter técnico, administrativo e econômico necessários a sua apreciação.

1.13 Tais modificações não poderão ser executadas sem que tenham sido previamente aprovadas, por escrito, pela Fiscalização, pelo Setor de Engenharia da CEDENTE ou Setor equivalente, que disponha de pessoal com qualificação técnica, quando couber.

1.14 A cessão com contrapartida será celebrada sob condição resolutiva, operando-se sua extinção automática caso a obrigação da contrapartida não seja integralmente cumprida pela CESSIONÁRIA.

1.15 Em caso de descumprimento das condições ou prazos estabelecidos para a contrapartida, o instrumento de cessão será resolvido de pleno direito, sem direito da CESSIONÁRIA à indenização por acessões, benfeitorias ou qualquer outra forma de compensação. A posse do imóvel será imediatamente revertida à União.

1.16 O prazo de execução dos serviços será de 720 (setecentos e vinte) dias, conforme Projetos da PARF, tendo como prazo de vigência para a contrapartida 810 (oitocentos e dez) dias.

1.17 A CESSIONÁRIA deverá apresentar, como condição para o início da execução dos serviços de engenharia, as respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registros de Responsabilidade Técnica (RRT) dos profissionais responsáveis pelo projeto e execução dos serviços, devidamente registrados no CREA ou CAU, conforme o caso.

1.18 A CESSIONÁRIA terá o prazo de 90 (noventa) dias corridos, a contar da data de

assinatura do Contrato da Cessão de Uso, para início da execução dos serviços de engenharia.

I. O pagamento da Cessão de Uso ocorrerá da seguinte forma:

II. A cessão de uso do imóvel será onerosa e sua retribuição far-se-á, inicialmente, mediante execução de serviços de engenharia como contrapartida, nos termos do § 10 do art. 18 da Lei nº 14.011, de 10 de junho de 2020, e demais normas aplicáveis à administração patrimonial da União, conforme a seguir:

a) Mediante CONTRAPARTIDA, com fulcro no § 10 do Art. 18 da Lei 14.011, de 10 de junho de 2020, por meio de serviços de engenharia, com valor homologado ao final da sessão pública, tendo como referência o valor médio constante do Laudo de Avaliação;

2 CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 120 (cento e vinte) meses, conforme alínea “b” do subitem 9.2.4.1 da INSTRUÇÃO DOCOMANDO DA AERONÁUTICA (ICA) Nº 87-7/2023, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../....., a contar da assinatura do Contrato.

2.1.1 O prazo de vigência de execução dos serviços da contrapartida é de 120 (cento e vinte) meses, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../....., a contar da assinatura do Contrato.

2.2 A prorrogação do prazo de vigência do contrato será precedida da correspondente justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo, respeitando o limite de 240 (duzentos e quarenta) meses, conforme subitem 9.2.4.2 da INSTRUÇÃO DO COMANDO DA AERONÁUTICA (ICA) Nº 87-7/2023.

2.3 A prorrogação de que trata o subitem anterior é condicionada ao ateste pela autoridade competente, de que as condições e o valor de recolhimento permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CESSIONÁRIA, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.3.1 Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na cessão onerosa;

2.3.2 Haja manifestação expressa da CESSIONÁRIA informando o interesse na prorrogação; e

2.3.3 Seja comprovado que a CESSIONÁRIA mantém as condições iniciais de habilitação.

2.4 A CESSIONÁRIA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.5 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.6 O contrato não poderá ser prorrogado quando a CESSIONÁRIA tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público,

observadas as abrangências de aplicação.

2.7 A Cessionária terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data de assinatura do contrato, para dar início das atividades da cessão de uso sob o regime de arrendamento destinada à prestação de serviços no imóvel cedido, sob pena de rescisão do instrumento por inexecução.

2.8 Atingido seu termo final cessam de pleno direito todos os seus efeitos, independente de qualquer ato judicial ou extra-judicial.

2.9 O Prazo de desmobilização será de até 90 (noventa) dias corridos, a contar do término da vigência.

2.10 A presente Cessão de Uso será celebrada sob condição resolutiva até que a obrigação seja integralmente cumprida pelo cessionário", nos termos do art. 18, § 11, da Lei nº 9.636, de 1998, bem como que "na hipótese de descumprimento pelo cessionário da contrapartida, nas condições e nos prazos estabelecidos, o instrumento jurídico da cessão resolver-se-á sem direito à indenização pelas acessões e benfeitorias nem a qualquer outra indenização ao cessionário, e a posse do imóvel será imediatamente revertida para a União", nos termos do § 12 do mesmo dispositivo

3 CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4 CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5 CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1 O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CESSIONÁRIO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6 CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1 O prazo para pagamento ao CESSIONÁRIO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7 CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1 As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8 CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CEDENTE

8.1 São obrigações do CEDENTE:

8.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CESSIONÁRIO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3 Notificar o CESSIONÁRIO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CESSIONÁRIO;

8.1.5 Aplicar ao CESSIONÁRIO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.6 Não praticar atos de ingerência na administração do CESSIONÁRIO, tais como:

8.1.6.1 indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto CESSIONÁRIO;

8.1.6.2 fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CESSIONÁRIO;

8.1.6.3 estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CESSIONÁRIO;

8.1.6.4 definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.6.5 demandar a funcionário do CESSIONÁRIO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.6.6 prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CESSIONÁRIO.

8.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo

CESSIONÁRIO;

8.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.8.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CESSIONÁRIO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

8.1.10 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.11 Comunicar o CESSIONÁRIO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CEDENTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.12 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

8.1.13 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

8.1.14 Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo CESSIONÁRIO, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;

8.1.15 Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

8.1.16 Exigir do CESSIONÁRIO que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

8.1.16.1 "As built", elaborado pelo responsável por sua execução;

8.1.16.2 Comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;

8.1.16.3 Laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

8.1.16.4 Carta "habite-se", emitida pela prefeitura; e

8.1.16.5 Certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro dos serviços junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

8.1.17 Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

8.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CESSIONÁRIO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por

qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CESSIONÁRIO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.3 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela OUTORGADA CESSIONÁRIA, de acordo com o disposto no Edital e demais anexos;

8.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela OUTORGADA CESSIONÁRIA;

8.5 Aplicar à OUTORGADA CESSIONÁRIA as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.6 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela OUTORGADA CESSIONÁRIA;

8.7 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.8 A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.9 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.10 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela OUTORGADA CESSIONÁRIA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da OUTORGADA CESSIONÁRIA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

8.11 Ceder a mencionada área do imóvel à OUTORGADA CESSIONÁRIA;

8.12 Facilitar a atuação das autoridades fazendárias, sanitárias ou trabalhistas que venham a fiscalizar as obrigações legais da OUTORGADA CESSIONÁRIA;

8.13 Tomar providências para o fiel cumprimento dos dispositivos constantes deste Contrato, obedecendo à legislação sobre a Administração do Patrimônio da União Federal sob a jurisdição do Comando da Aeronáutica, conforme consta da NSCA 87-1/2024;

8.14 Realizar vistoria, antes da ocupação do imóvel pela OUTORGADA CESSIONÁRIA, por meio do Setor de Patrimônio da OUTORGANTE CEDENTE, observando o estado geral das instalações e das benfeitorias preexistentes, reduzindo-a a termo assinado pelo responsável pela vistoria e pela OUTORGADA CESSIONÁRIA;

8.15 Orientar, supervisionar e controlar a FISCALIZAÇÃO;

8.16 Certificar-se, junto à Seção de Finanças da OUTORGANTE CEDENTE, do recolhimento do ônus mensal;

8.17 Manter arquivado, no processo de cessão de uso, toda a correspondência trocada entre as partes;

- 8.18** Realizar vistoria, 30 (trinta) dias antes do término da vigência contratual, por solicitação da FISCALIZAÇÃO, no imóvel a ser desocupado pela OUTORGADA CESSIONÁRIA, por meio de Setor designado pela OUTORGANTE CEDENTE, observando o estado geral da instalação, reduzindo-a a termo assinado pelo responsável pela vistoria e pela OUTORGADA CESSIONÁRIA; e
- 8.19** Providenciar a desmobilização em até 90 (noventa) dias a contar do término da vigência.
- 8.20** São obrigações da Comissão designada pela CEDENTE para realizar a fiscalização:
- 8.21** exigir da Cessionária a retirada imediata de qualquer de seus prepostos que embarquem a sua ação fiscalizadora, observado o direito do contraditório e a ampla defesa;
- 8.22** verificar, de modo sistemático, o cumprimento das disposições do Termo de Contrato e das ordens complementares emanadas da Cedente, informando a esta, em tempo hábil, todas as ocorrências e providências tomadas;
- 8.23** resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissos, não previsto no Termo de Contrato ou em tudo mais que, de qualquer forma, se relacionar direta ou indiretamente com objeto do Termo de Contrato, garantido o contraditório e a ampla defesa;
- 8.24** exigir da Cessionária que mantenha a área em condições de higiene e limpeza;
- 8.25** propor as medidas que couberem para a solução dos casos surgidos em decorrência de solução técnica;
- 8.26** efetuar o registro das ocorrências em forma de Relatório;
- 8.27** remeter à Cedente relatório mensal do andamento da execução da cessão de uso;
- 8.28** zelar para que sejam observadas as disposições legais aplicáveis, particularmente as da Lei nº 14.133/2021;
- 8.29** emitir pareceres ou relatórios, quando julgado necessário, ou quando solicitado, sobre o andamento do objeto deste Termo;
- 8.30** exigir da Cessionária o fiel cumprimento das obrigações assumidas;
- 8.31** expedir notificação ou advertência à Cessionária, quando for o caso;
- 8.32** solicitar a Cessionária os seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da cessão de uso;
- 8.33** emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do Termo de Contrato, em especial aplicação de sanções, alterações e reajustamento do contrato;
- 8.34** solicitar a Cessionária a substituição de qualquer equipamento cujo uso considere prejudicial à boa conservação das instalações; e
- 8.35** acompanhar a execução dos serviços de engenharia, objetos da contrapartida, que estiverem sendo executados pela CESSIONÁRIA e/ou pela empresa designada para execução dos serviços.

8.36 A atuação da Fiscalização em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Cessionária, no que concerne à área cedida e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o GAP-RF ou a terceiros.

8.37 A Fiscalização não exercerá poder de mandato sobre os empregados da Cessionária reportando somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados.

8.38 A fiscalização poderá ser efetuada a qualquer momento, sem que seja dada ciência à Cessionária.

9 CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CESSIONÁRIO CESSIONÁRIO

9.1 O CESSIONÁRIO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.2 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CEDENTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.4 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CESSIONÁRIO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.1.4.1 prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.1.4.2 certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.1.4.3 certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CESSIONÁRIO;

9.1.4.4 Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.1.4.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.1.5 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere

a responsabilidade ao CEDENTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.6 Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.1.7 Paralisar, por determinação do CEDENTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.8 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.1.9 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.1.10 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.1.11 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.12 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.13 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CEDENTE;

9.1.14 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.1.15 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.1.16 Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.1.17 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.18 Submeter previamente, por escrito, ao CEDENTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.1.19 Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.1.20 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.1.21 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.1.22 Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.1.23 Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.1.24 Manter preposto aceito pela Administração no local dos serviços para representá-lo na execução do contrato;

9.1.24.1 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.1.25 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CEDENTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.26 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CEDENTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.1.27 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.28 Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.1.29 Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.1.30 Garantir o acesso do CEDENTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.1.31 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.1.32 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da

Administração;

9.1.33 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CESSIONÁRIO relatar ao CEDENTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.1.34 Efetuar comunicação ao CEDENTE, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.1.35 Manter os empregados nos horários predeterminados pelo CEDENTE;

9.1.36 Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;

9.1.37 Apresentar ao CEDENTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

9.1.38 Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

9.1.39 Atender às solicitações do CEDENTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;

9.1.40 Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do CEDENTE;

9.1.41 Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;

9.1.42 Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;

9.1.43 Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

9.1.44 Elaborar o Diário dos serviços, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;

9.1.45 Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

9.1.46 Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do

Decreto nº 5.975, de 2006, de:

9.1.46.1 manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

9.1.46.2 supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

9.1.46.3 florestas plantadas; e

9.1.46.4 outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

9.1.47 Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

9.1.47.1 Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

9.1.47.2 Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;

9.1.47.3 Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

9.1.47.4 Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o CESSIONÁRIO deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

9.1.48 Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, nos seguintes termos:

9.1.48.1 O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

9.1.48.2 Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 2002, o CESSIONÁRIO deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.1.48.2.1 resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

9.1.48.2.2 resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

9.1.48.2.3 resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.1.48.2.4 resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.1.48.3 Em nenhuma hipótese o CESSIONÁRIO poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.1.48.4 Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o CESSIONÁRIO comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.1.49 Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.1.49.1 Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

9.1.49.2 Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 -

Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 1990, e legislação correlata.

9.1.50 Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.1.51 Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do CEDENTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.1.52 Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

9.1.53 Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

9.1.54 responsabilizar-se por quaisquer usos ou intervenções feitas nas áreas cedidas, devendo zelar pela integridade física dos bens recebidos em cessão, obrigando-se a utilizar das normas de direito para a proteção desses bens contra a ameaça de turbacão ou esbulho;

9.1.55 solicitar ao GRUPAMENTO DE APOIO DE RECIFE (GAP-RF) a averbação em cadastro próprio e na matrícula do imóvel quando houver incorporação de benfeitorias nas áreas cedidas;

9.1.56 reverter o bem da União em idênticas ou melhores condições do que as recebidas, ficando as benfeitorias realizadas pela OUTORGADA CESSIONÁRIA na área cedida incorporadas aos bens da União, ao final do contrato;

9.1.57 obter autorizações, licenças ou alvarás para a implantação, funcionamento e manutenção do empreendimento, bem como suas renovações, se necessárias, devendo mantê-las em situação regular durante o período da cessão;

9.1.58 confeccionar e manter no imóvel cedido, em local visível, placa de publicidade, de acordo com modelo, nos termos da Portaria SPU nº 122, de 13 de junho de 2000, ou a que vier a substituí-la;

9.1.59 zelar pelo imóvel cedido, realizar sua fiscalização, conservação e guarda, bem como obedecer às normas e legislações pertinentes sob pena de indenizar, objetivamente,

quaisquer danos causados provenientes das atividades desenvolvidas no imóvel objeto desta cessão, a usuários ou terceiros, inclusive eventuais danos ambientais na forma disciplinada na legislação ambiental vigente;

9.1.60 permitir o livre acesso às instalações do empreendimento, de servidores da Superintendência do Patrimônio da União e de outros órgãos com jurisdição sobre a área do imóvel cedido quando devidamente identificados e em missão de fiscalização;

9.1.61 atender ao disposto na Lei nº 10.048, de 08 de novembro de 2000, e na Lei nº 10.098, 19 de dezembro 2000, regulamentadas pelo Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, no que tange à promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;

9.1.62 desenvolver o Plano de Prevenção e Combate a Incêndios - PPCI, nos termos da Lei nº 13.425, de 30 de março de 2017, quando necessário;

9.1.63 Utilizar a área cedida, exclusivamente, conforme disposições previstas neste Contrato, bem como instrumento contratual;

9.1.64 Do uso da água e energia elétrica: caso não haja medidores no local, fica OBRIGADA a empresa vencedora instalar os medidores junto aos órgãos que regulamentam as prestações de serviços, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da assinatura do contrato;

9.1.65 Responsabilizar-se pelo pagamento de água e luz, na medida de sua utilização, bem como, o pagamento das demais taxas municipais;

9.1.66 Não se utilizar de menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou de menor de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (Lei nº 9.854/1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358/2002);

9.1.67 Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para definição do seu nome como beneficiária da indicada cessão de uso do bem;

9.1.68 Cumprir as disposições dos regulamentos internos do GAP-RF;

9.1.69 Não usar o nome das Organizações Militares do Comando da Aeronáutica para aquisição de bens, assim como para contratar serviços;

9.1.70 Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados, dolosa ou culposamente, à OUTORGANTE CEDENTE ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes;

9.1.71 Manter as instalações da área cedida em perfeito estado de conservação, comprometendo-se com a conservação do imóvel e sua manutenção nas melhores condições possíveis, obrigando-se a realizar os reparos que se fizerem necessários; deverá, ainda, restituí-lo, após o uso, no estado em que o recebeu, realizando, se necessário, as devidas restaurações;

9.1.72 Permitir que a OUTORGANTE CEDENTE realize as ações de fiscalização da execução do Contrato, acolhendo as observações e exigências que por ela venham a ser feitas;

9.1.73 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas;

9.1.74 Responsabilizar-se pela existência de qualquer vínculo empregatício entre a OUTORGADA CESSIONÁRIA e seus empregados, eximindo a OUTORGANTE CEDENTE de qualquer responsabilidade nesse sentido;

9.1.75 Comunicar à Fiscalização da OUTORGANTE CEDENTE, por escrito, qualquer anormalidade, de caráter urgente, tão logo verificada na execução dos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

9.1.76 Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus funcionários no desempenho dos serviços ou em conexão com eles;

9.1.77 Não contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal das Organizações Militares do Comando da Aeronáutica durante a execução dos serviços;

9.1.78 Será autorizada a sublocação parcial da área pertinente ao objeto deste Contrato, bem como a subcontratação do objeto, conforme Termo de Referência;

9.1.79 Efetuar seguro contra-incêndio para os imóveis objeto deste Edital, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da assinatura do contrato, devendo remeter cópia das apólices de seguro à FISCALIZAÇÃO;

9.1.80 Solicitar a averbação em cadastro próprio e na matrícula do imóvel quando houver incorporação de benfeitorias nas áreas cedidas;

9.1.81 Solicitar análise prévia ao OUTORGANTE CEDENTE nos casos em que queira realizar qualquer alteração do espaço físico a ser utilizado pela OUTORGADA CESSIONÁRIA; e

9.1.82 Executar os serviços de engenharia constantes dos projetos, elaborados pela SEÇÃO DE ENGENHARIA do GAP-RF.

9.1.83 A OUTORGADA CESSIONÁRIA obriga-se a apresentar, para fins de execução das contrapartidas, empresa (própria ou subcontratada) que atenda integralmente aos requisitos de qualificação técnica e procedimentos de aferição detalhados no Caderno Orçamentário (Página 64), documento este que integra o presente ajuste para todos os efeitos legais.

10 CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a

todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CESSIONÁRIO.

10.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CESSIONÁRIO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6 É dever do CESSIONÁRIO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7 O CESSIONÁRIO deverá exigir de suboperadores e subCESSIONÁRIOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8 O CEDENTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CESSIONÁRIO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9 O CESSIONÁRIO deverá prestar, no prazo fixado pelo CEDENTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1 Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

12.2 Além das dosimetrias acima elencadas no Termo de Referência (ANEXO 1) e Edital, a CESSIONÁRIA deverá atentar para o disposto Portaria GABAER nº 623/GC4, de 20 de novembro de 2023, que versa sobre a dosimetria para aplicação de sanções administrativas em Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade (PAAI), em caso de descumprimento de cláusula editalícia ou obrigação contratual, por parte da CESSIONÁRIA, em contratações realizadas com base na Lei nº 14.133/2021, no âmbito do Comando da Aeronáutica (COMAER).

13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CESSIONÁRIO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CEDENTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

13.2 Considerar-se-á rescindido o presente Contrato de Cessão, retornando o imóvel à Outorgante Cedente, sem direito a qualquer indenização à OUTORGADA CESSIONÁRIA, inclusive por benfeitorias realizadas, nos seguintes casos:

- I.** se ao imóvel, no todo ou em parte, vier ser dada utilização diversa da que lhe foi prevista;
- II.** se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual;
- III.** se ocorrer inadimplemento dos valores devidos por um prazo superior a 90 (noventa) dias;
- IV.** se a OUTORGADA CESSIONÁRIA renunciar à cessão, deixar de exercer as suas atividades específicas ou se extinguir;
- V.** se, em qualquer época, a Outorgante Cedente necessitar do imóvel para seu uso próprio, ressalvada, em tal caso, a indenização por benfeitorias de cuja realização tenha sido dado o prévio e indispensável conhecimento à União;
- VI.** se permitir ou tolerar a invasão ou ocupação indevida do imóvel objeto do presente Contrato; e
- VII.** Em caso de precariedade da cessão, independentemente do prazo de vigência estipulado, a(s) área(s) sob sua responsabilidade deverão ser devolvidas, nas condições estabelecidas neste Contrato.

13.3 As benfeitorias erguidas e/ou modificações realizadas pela OUTORGADA

CESSIONÁRIA, com consentimento expresso da OUTORGANTE CEDENTE, incorporar-se-ão, sem quaisquer indenizações por parte da OUTORGANTE CEDENTE, ao Patrimônio da União Federal, quando encerrada a vigência ou quando o CONTRATO for rescindido por justa causa.

13.4 No caso de rescisão sem justo motivo, será aplicada à OUTORGADA CESSIONÁRIA multa de 5%, calculada sobre o valor devido no mês, multiplicado pelo número de meses que faltarem para o término do Contrato.

13.5 Ocorrendo a rescisão do Termo de Contrato ou a desocupação do imóvel por término do prazo contratual, por decisão administrativa ou por solicitação da área pela OUTORGANTE CEDENTE, será cobrado da OUTORGADA CESSIONÁRIA o valor correspondente a 10% da quantia paga à época, por dia de postergação na entrega do imóvel, livre e desembaraçado, a título de ressarcimento pela ocupação ilegal de um bem público afeto à União, remoção para depósito às expensas da OUTORGADA CESSIONÁRIA e a possibilidade de utilização da garantia contratual para ressarcir à Administração, com base na Orientação Normativa AGU nº 51/2014.

13.6 Quando a rescisão se processar por interesse da OUTORGANTE CEDENTE, as benfeitorias e/ou modificações consentidas serão incorporadas ao seu Patrimônio, mediante indenização, calculada da seguinte forma:

Indenização = (A/B) x C, sendo:

A = valor dos recursos efetivamente aplicados, em moeda corrente;

B = nº de meses correspondente ao prazo do termo; e

C = nº de meses faltantes para o término do termo de autorização.

13.7 Ao término da vigência contratual, a OUTORGANTE CEDENTE realizará a conferência do local concedido conforme TERMO DE VISTORIA E DEVOLUÇÃO DE IMÓVEL, reservando - se do direito de cobrar financeiramente a OUTORGADA CESSIONÁRIA, por quaisquer alterações não mencionadas nesta cláusula e não descritas no referido Termo.

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 O CESSIONÁRIO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

14.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes CEDENTES poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CEDENTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de

2021.

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E DEVOLUÇÃO DO OBJETO DESTE CONTRATO DE RECEITA:

15.1 A(s) área(s) deste presente contrato será(ão) entregues oficialmente à OUTORGADA CESSIONÁRIA, pelo Ordenador de Despesas do GAP-RF, após o seguinte trâmite:

15.2 Assinatura do Contrato de Cessão de Uso Onerosa Sob o Regime de Arrendamento;

15.3 Vistoria realizada no momento da entrega da área; e

15.4 Assinatura do TERMO DE VISTORIA E ENTREGA DE IMÓVEL, onde constam as condições em que se encontra o imóvel.

15.5 O Prazo de desmobilização será de até 90 (noventa) dias, a contar do término da vigência contratual, podendo o referido prazo ser prorrogado, mediante solicitação devidamente fundamentada e endereçada ao Ordenador de Despesas do GAP-RF;

15.6 A prorrogação de que trata o Inciso anterior é condicionada à autorização do Ordenador de Despesas do GAP-RF, que deverá ser respondida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

15.7 Ao término do contrato, será realizada conferência física da(s) área(a) pelo OUTORGANTE CEDENTE, juntamente com a OUTORGADA CESSIONÁRIA, por meio do seu Representante Legal, e será lavrado o TERMO DE VISTORIA E DEVOLUÇÃO DE IMÓVEL, detalhando as condições em que se encontram a(s) área(a), inclusive as alterações porventura existentes;

15.8 A Fiscalização e/ou o Setor de Patrimônio do GAP-RF fará a comparação dos Termos de Entrega e Devolução do Imóvel, para avaliar possíveis discrepâncias;

15.9 Em caso de comprovação de dano ao Patrimônio da União, a Administração do GAP-RF quantificará o prejuízo e notificará a OUTORGADA CESSIONÁRIA para que apresente as suas razões de defesa ou recolha à União o valor devido.

16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ALOCAÇÃO DE RISCOS

16.1 O equilíbrio econômico-financeiro do contrato foi estabelecido considerando a matriz de riscos detalhada no Mapa de Riscos do processo, sendo as incertezas alocadas entre as partes conforme as disposições desta cláusula.

16.2 Riscos de Responsabilidade do CESSIONÁRIO: O Cessionário assume integralmente a responsabilidade pelos seguintes riscos, não cabendo pedido de reequilíbrio econômico-financeiro em virtude de sua ocorrência:

16.2.1 Capacidade Técnica e Execução: Ineficiência técnica, má qualidade dos materiais ou mão de obra, e necessidade de retrabalho nos serviços de engenharia;

16.2.2 Gestão de Insumos: Variações ordinárias nos preços de insumos e materiais (dentro dos índices previstos na cláusula de reajuste), bem como erros na quantificação e cotação de itens não previstos no SINAPI/SICRO;

16.2.3 Segurança e Ambiental: Danos ambientais decorrentes da execução das obras, acidentes de trabalho e o cumprimento integral das Normas Regulamentadoras (NRs);

16.2.4 Inadimplência Tributária: Pagamento de todas as taxas, impostos e encargos incidentes sobre o uso da área e a execução dos serviços de contrapartida.

16.3 Riscos de Responsabilidade da ADMINISTRAÇÃO: A Administração Pública responderá pelos riscos que impactem o cronograma ou o custo do objeto, nos seguintes casos:

16.3.1 Disponibilidade da Área: Atrasos na liberação do acesso às áreas A-10, A-11 e A-12, ou identificação de interferências (redes subterrâneas/aéreas) não mapeadas no levantamento prévio;

16.3.2 Alterações de Projeto: Modificações unilaterais pela Administração que alterem substancialmente o escopo das contrapartidas de engenharia;

16.3.3 Aprovações Superiores: Nulidade do ato por ausência de autorização de órgãos superiores, desde que não causada por falha documental do Cessionário.

16.4 Riscos Compartilhados ou Extraordinários: Serão objeto de partilha ou revisão contratual, mediante comprovação do nexos causal e do impacto financeiro, os eventos de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe (alterações legislativas/tributárias de impacto geral) que tornem a execução excessivamente onerosa ou impossível.

16.5 Plano de Contingência: Sendo identificada a iminência de qualquer risco, a parte que o identificar deverá notificar a outra em até 72 (setenta e duas) horas, propondo as medidas de mitigação previstas no Mapa de Riscos, sob pena de responsabilidade pelo agravamento do dano.

17 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1 Os casos omissos serão decididos pelo CEDENTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

18 CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1 Incumbirá ao CEDENTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

19 CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1 Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Pernambuco, Seção Judiciária de Recife para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CEDENTE

Representante legal do CESSIONÁRIO

TESTEMUNHAS:

1-

2-